



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Porque é que os trabalhos legislativos da Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil estão atrasados?

Nos últimos dois meses, registaram-se vários acidentes de trabalho graves e três acidentes mortais, de entre os quais, dois casos suspeitos de queda em altura sem adopção de medidas de segurança. Ao longo dos anos, quando tem estado em causa a questão da segurança ocupacional, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) tem vindo a responder que: tem vindo a dar muita importância à segurança e saúde ocupacional dos diversos sectores de actividade, a envidar esforços para aumentar os conhecimentos e a consciência sobre a segurança e saúde ocupacional através de divulgação, sensibilização, inspecção e fiscalização, e a exortar os empregadores a proporcionarem aos trabalhadores condições de trabalho que satisfaçam as exigências de segurança e saúde ocupacional, a fim de garantir a segurança no trabalho e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho. Pena é que os trabalhos desenvolvidos pelos serviços públicos continuem a não conseguir evitar a ocorrência frequente de acidentes de trabalho graves. De acordo com o “Relatório de análise estatística relativo aos acidentes de trabalho - 2020” da DSAL, registaram-se 537 vítimas de acidentes de trabalho no sector da construção civil. No discurso proferido na cerimónia de abertura do ano judicial no mês passado, o Procurador do Ministério Público, Ip Son Sang, afirmou que, embora o número de processos relativos a acidentes de trabalho e doenças profissionais tenha registado uma ligeira descida



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

no ano judicial transacto, os graves acidentes de segurança na construção civil continuam a ocorrer com alguma frequência, pelo que apelou fortemente ao sector laboral, aos empregadores e aos serviços de fiscalização laboral para a criação de um regime de segurança ocupacional eficaz e de um bom ambiente de trabalho, de modo a reduzir de forma contínua, e a evitar, a ocorrência de casos de acidentes de trabalho e de doenças profissionais.

O sector laboral tem vindo a afirmar que, por forma a aumentar a consciência sobre a segurança e saúde ocupacional no sector da construção civil e na sociedade, e reduzir a ocorrência de acidentes de trabalho, para além de lembrar aos trabalhadores para se manterem sempre atentos, isto é, operar com segurança e exortar os empregadores a fornecerem bons e seguros equipamentos e ambiente de trabalho, o mais importante é aperfeiçoar o respectivo regime jurídico e elevar a sensibilização na gestão da segurança das obras de construção, a partir da fonte. Há anos, o Governo começou a rever a lei sobre a segurança e saúde ocupacional, e afirmou que ia aperfeiçoar o regime de pessoal de gestão do sector da construção civil, clarificando que os procedimentos específicos são da responsabilidade de técnicos profissionais e aperfeiçoando as normas sancionatórias. Lamentavelmente, o trabalho legislativo da Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil ainda não foi concluído, e, em finais de 2020, após a apresentação na reunião plenária do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) do novo texto da proposta de lei, a DSAL afirmou a necessidade de recolher mais opiniões das partes laboral e patronal, alegando a complexidade do conteúdo da proposta de lei. Há dias, revelou



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

que foram recolhidas as opiniões dos representantes das partes laboral e patronal do CPCS, do sector e dos serviços de obras públicas, e que está a dialogar com os serviços da área da justiça sobre a análise técnico-jurídica, com vista a iniciar o respectivo processo legislativo com a maior brevidade possível. No entanto, não foi fixado um prazo para a sua conclusão.

Assim sendo, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Os acidentes graves de segurança na construção civil continuam a ocorrer, e os diversos sectores da sociedade consideram que o respectivo regime deve ser aperfeiçoado para a sua repressão a partir da fonte. As autoridades concordam com este rumo? Em caso afirmativo, porque é que a produção legislativa se atrasou?

2. Após vários anos de estudo e elaboração, o trabalho legislativo sobre a Lei da segurança e saúde ocupacional na construção civil ainda não está concluído. O Governo pode divulgar a calendarização da produção legislativa? Quando é que a proposta de lei pode ser entregue à Assembleia Legislativa? Após a recolha de opiniões do respectivo sector, quais são os principais pontos da revisão da lei?

5 de Novembro de 2021

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lei Cheng I